

VÍDEO: “PROBLEMATIZANDO A MEDICALIZAÇÃO DAS INFÂNCIAS”¹

Beatriz Pombo Spinassé Duarte

Orientador: Prof. Dr. Jair Ronchi Filho

A Portaria Normativa/MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009, dispõe sobre os Mestrados Profissionais em Educação e traz em seu artigo 7º, inciso VIII, que os trabalhos de conclusão de curso podem apresentar-se em diversos formatos:

§ 3º O trabalho de conclusão final do curso poderá ser apresentado em diferentes formatos, tais como dissertação, revisão sistemática e aprofundada da literatura, artigo, patente, registros de propriedade intelectual, projetos técnicos, publicações tecnológicas; desenvolvimento de aplicativos, de materiais didáticos e instrucionais e de produtos, processos e técnicas; produção de programas de mídia, editoria, composições, concertos, relatórios finais de pesquisa, softwares, estudos de caso, relatório técnico com regras de sigilo, manual de operação técnica, protocolo experimental ou de aplicação em serviços, proposta de intervenção em procedimentos clínicos ou de serviço pertinente, projeto de aplicação ou adequação tecnológica, protótipos para desenvolvimento ou produção de instrumentos, equipamentos e kits, projetos de inovação tecnológica, produção artística, sem prejuízo de outros formatos, de acordo com a natureza da área e a finalidade do curso, desde que previamente propostos e aprovados pela CAPES (BRASIL, 2009).

Em consonância com esta Portaria, o Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGMPE - Ufes) define, no artigo 33 de seu Regimento Interno², que os trabalhos de conclusão de curso de seus mestrados devem constituir-se de uma dissertação e um produto final.

Art. 33. A dissertação constituir-se-á na convergência do trabalho desenvolvido no curso, significando a sua culminância e devendo ser, obrigatoriamente, um trabalho individual revelador do domínio do tema escolhido e da capacidade de aplicação do conhecimento produzido à prática educativa e de gestão. Parágrafo Único. O produto que acompanha a dissertação deverá ter estreita relação com o tema da dissertação e aplicação na prática educativa ou de gestão.

¹ Produto parte da dissertação “Crianças que não aprendem na escola: problematizando processos de medicalização e patologização das infâncias”, apresentados ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), como requisito para obtenção do grau de Mestra em Educação.

² Regimento Interno do Programa de Pós Graduação de Mestrado Profissional em Educação da UFES. Disponível em: http://educacao.ufes.br/sites/educacao.ufes.br/files/field/anexo/regimento_ppgmpe_2018_final_novo.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020.

Em cumprimento ao que é proposto, e a partir das reflexões realizadas na dissertação “Crianças que não aprendem na escola: problematizando processos de medicalização e patologização das infâncias”, idealizamos um material audiovisual, em forma de um curta-documentário, que pudesse ser utilizado como disparador para discussões e problematizações acerca da medicalização das infâncias, da diferença e do fracasso escolar. Nosso objetivo foi o de construir um material que proporcionasse um (re)pensar de práticas não medicalizantes.

A escolha pelo formato audiovisual foi a de produzir e disponibilizar um material que transcenda os espaçostempos, que permita um alcance que vá além de um grupo de pessoas em um determinado tempo, espaço e contexto, e que fique disponível para revisitação, compreendendo um fator importante para a difusão e a democratização desse material.

O vídeo “*Problematizando a medicalização das infâncias*” inicia com exemplos de queixas escolares frequentes na escola, a fim de problematizar a ideia da existência de uma única infância, pois a partir da espera da homogeneidade é que surgem as queixas escolares, principalmente sobre dificuldades de aprendizagem e problemas comportamentais. Com o intuito de “consertar esses problemas”, muitas vezes tem-se seguido o caminho da medicalização.

Ancorados em Patto (2015), nós nos opomos à naturalização de um movimento que foi historicamente construído: o fracasso escolar, um percurso histórico político e social produtor de ideias que culpabilizam a criança, principalmente a da classe popular, pelo seu fracasso na escola, instituição que foi pensada para um modelo de criança idealizada, ao qual ela não corresponde. Ao criarmos a ideia de um modelo de infância, com um padrão de aprendizagem e comportamento, criamos um filtro imaginário pelo qual nossas crianças passam. Dessa forma, elas vão sendo separadas em dois grupos: as que se encaixam ao modelo e as que não se encaixam, as normais e as anormais. O perigo é que as crianças desse segundo grupo, muitas vezes, passam a ser rotuladas, estigmatizadas e até laudadas com doenças ou supostos transtornos, pois submersos em uma lógica homogênea, vemos a diferença como patologia.

E é nesse contexto que temos nos deparado com processos de medicalização das infâncias. Ancorados em autores como Collares e Moysés (2013, 2014, 2015), Illich (1975), Angelucci (204), Caliman (2013, 2016), Caponi (2016), Souza (2007, 2014), entre outros, entendemos por medicalização quando um problema que não é médico, biológico ou inerente ao sujeito é considerado como sendo, sugerindo-se, para ele, uma causa médica e uma solução médica. Assim, sofrimentos da vida cotidiana de ordem social, coletiva e de cunho político são artificialmente transformados em questões médicas, e a criança que não aprende da mesma forma e no mesmo tempo que as outras, ou se comporta de maneira diferente é logo vista como contendo uma patologia. Suas especificidades são ignoradas, seu contexto dentro e fora da escola, as condições da escola muitas vezes desfavoráveis ao processo de ensinoaprendizagem, além de questões sociais – problemas no âmbito da estrutura da sociedade que incidem sobre a criança, ou sobre sua família. Desse modo, invisibiliza-se toda a condição que envolve essa criança e transfere-se o problema exclusivamente para ela.

A heterogeneidade e o movimento da escola devem nos remeter à potência da vida e da diversidade humana, e não à doença. É essa a reflexão que buscamos.

O quadro a seguir apresenta as informações da produção do vídeo.

FICHA TÉCNICA	
Título	Problematizando a medicalização das infâncias
Gênero	Documentário
Ano/País	2020, Brasil
Direção	Beatriz Pombo Spinassé Duarte e Jair Ronchi Filho
Roteiro	Beatriz Pombo Spinassé Duarte, Jair Ronchi Filho, Elizabete Basani e Vitor Gomes.
Elenco	Beatriz Pombo Spinassé Duarte
Edição	Thiago Miranda
Duração	04:06 minutos



Assista ao vídeo através do link <https://youtu.be/2kfMTqz5cZ8> ou do QRcode³ abaixo:



³ Para acessá-lo, abra a câmera de seu celular, aponte para o código, e aparecerá em sua tela a opção "Ver detalhes do código QR" (a forma como a opção aparece pode variar dependendo do modelo do telefone celular). Ao clicar nesta opção, você será direcionado(a) ao vídeo.

REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, Carla Biancha. Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. *In: VIÉGAS, Lygia de Souza et al. (Org.). **Medicalização da Educação e da Sociedade: Ciência ou mito?** Salvador: Edufba, 2014. p. 301-312.*

CALIMAN, Luciana Vieira. Infâncias medicalizadas: para quê psicotrópicos para crianças e adolescentes? *In: CAPONI, Sandra; VÁSQUEZ-VALENCIA, Maria Fernanda; VERDI, Marta (Org.). **Vigiar e medicar: estratégias de medicalização da infância.** São Paulo: LiberArs, 2016. p. 47-60.*

CALIMAN, Luciana Vieira. Os bio-diagnósticos na era das cidadanias biológicas. *In: COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; RIBEIRO, Mônica C. França (Org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos.** Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 109-118.*

CAPONI, Sandra. Vigiar e medicar: o DSM e os transtornos ubuescos na infância. *In: CAPONI, Sandra; VÁSQUEZ-VALENCIA, Maria Fernanda; VERDI, Marta (Org.). **Vigiar e medicar: estratégias de medicalização da infância.** São Paulo: LiberArs, 2016. p. 29-46.*

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização.** São Paulo: Ed. autor, 2015.

COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. A educação na era dos transtornos. *In: VIÉGAS, Lygia de Souza et al. (Org.). **Medicalização da Educação e da Sociedade: Ciência ou mito?** Salvador: Edufba, 2014. p. 47-65.*

ILLICH, Ivan. **A expropriação da saúde: Nêmesis da medicina.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Medicalização do comportamento e da aprendizagem: a nova face do obscurantismo. *In: VIÉGAS, Lygia de Souza et al. (Org.). **Medicalização da Educação e da Sociedade: Ciência ou mito?** Salvador: Edufba, 2014. p. 21-43.*

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Medicalização: o obscurantismo reinventado. *In: COLLARES, Cecília Azevedo Lima; MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; RIBEIRO, Mônica C. França (Org.). **Novas capturas, antigos diagnósticos na era dos transtornos.** Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 41-64.*

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia.** São Paulo: Intermeios, 2015.

SOUZA, Beatriz de Paula. Orientação à queixa escolar: na contramão da medicalização da Educação e da vida. *In: VIÉGAS, Lygia de Souza et al. (Org.). **Medicalização da Educação e da Sociedade: Ciência ou mito?** Salvador: Edufba, 2014. p. 69-90.*

SOUZA, Beatriz de Paula (org.) **Orientação à queixa escolar.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.